

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da “modernidade”*. Goiânia: Ed. da UFG, Ed. da UCG, 1997.

*José Carlos Sebe Bom Meihy**

Se é verdade que uma criatura pode se parecer com o criador, o livro *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* é do autor, Nasr Fayad Chaul, o reflexo mais perfeito. Informalidade e picardia no tratamento da redação e verticalidade e cuidado no trato documental fazem deste livro um convite e um desafio. Convite à convivência com uma pesquisa original, atualizada e pertinente. Desafio à passividade de quem busca em um livro respostas e não problematizações, loas e não críticas.

Este é um texto perturbador sob todos os pontos de vista. Composto em quatro capítulos, o livro se propõe a ser uma estrada de mão dupla e nele estão vinculadas tanto a reflexão sobre a historiografia de e sobre Goiás como uma pesada ácida análise às políticas que integram e excluem, segundo lógicas variadas, espaços do corpo territorial do país.

Parodiando Chico Buarque de Holanda, de início, o autor evoca antigo samba para refletir sobre o “olhar”. Esta perversa estratégia camufla uma análise de profundidade grande e progressiva.

Nela, passando pelo *quem te viu*, pelo *quem te vê* e concluindo por *quem te revê*, Chaul discute a autoridade e o compromisso dos exaquetas. Mais que isto, porém, indica a direção das bússolas montadas para formar um discurso ideológico que, convenientemente, culmina na mitificação da *decadência*.

* Professor livre-docente do Departamento de História da USP.

Tudo é feito com sutileza: depois de estudar o caminho do ouro e a saga dos viajantes, passa a ver a trilha dos historiadores que insistem em constatar os relatos lendo, porém, pouco nisto. Depois de repisar os trilhos colocados pelas marcas historiográficas, procedendo um fino exame das dissidências promovidas pelos atalhos de autores contemporâneos mais críticos, o autor fala como viajante experiente, como alguém, que conhece tanto o caminho como os caminhantes.

No primeiro capítulo ficam estruturados os pressupostos básicos do que seria a organização da parte que fora integrada, até 1734, à antiga Capitânia de São Paulo. O tardio apossamento do cargo pelo polêmico Conde dos Arcos, que apenas foi para Goiás cinco anos depois da criação da nova Capitania, revela um certo ritmo que marcaria o mito da decadência e o desdém governamental. Na mesma medida, a estrutura familiar, patriarcal, domesticada na exploração do erário público, se combina com a conivência coletiva repousada na prática da sonegação do quinto real. Tudo colocado como cultura passiva é mostrado como costume aceito.

Segundo a tradição, esses eram problemas que se somavam: tanto o declínio da produção aurífera como o progressivo esvaziamento de fontes auríferas e mineradoras. Contraste perfeito, o cenário pobre, corrompido e corroído, e a imaginação dos europeus sonhadores de mitos tropicais que ao visitar Goiás registravam a aparência modesta como regra perpétua. A idéia de decadência repontava como explicação absoluta. Autores como Silva e Souza, conferiam a certeza do ouro encontrado mas não deixavam de apontar a rapidez com que fluíam. Seus leitores repetiam a visão desenhada como justificativa.

A descoberta da riqueza da terra era atrapalhada pelas distâncias e pelas estradas que, em conjunto, passavam a edificar outro mito útil, o do “isolamento”. A dificuldade de acesso, vista mesmo mais tarde por Presidentes de Províncias como Luiz Gonzaga de Camargo Fleury em 1837, repetia o drama do isolamento, culpando o governo central dos descuidados e da manutenção do *status quo*. o maltrato da terra era também arrolado como forma de composição de um inventário de penúria. O desejado progresso então, passava a ser sempre dependente de um fator externo.

A noção de tempo e espaço culturalmente imposta àquela população de Goiás é anotada por Chaul como reforço de conclusões

feitas por autores como a antropóloga Selma Sena. Como se o passado fosse o presente e o presente uma continuidade monótona do que se foi, aos olhos dos viajantes Goiás era uma terra sem futuro. Seus habitantes vistos como preguiçosos passam a gerar uma tensão que esvaziava as alternativas de progressos e dinâmica internos.

A administração deste aparente caos é assumida, segundo a percepção de historiadores pela estratégia dos casamentos interfamiliares que teria perpetuado uma visão invariável da circunstância histórica goiana. Textualmente diz o Chaul que *“até aqui, o que os autores observam não é diferente da visão que de Goiás tiveram os viajantes, os governadores de Províncias, os historiadores antigos e os contemporâneos que podemos analisar (p. 69).* A conclusão do capítulo surpreende levando o leitor a concordar com a utilização política da decadência e do atraso em vista da repetição constante e mecânica, monocórdica e conveniente, dos trabalhos feitos sempre em cima das mesmas fontes, é indicado que, comodamente, depois da Revolução de 30, os políticos podem se valer da popularidade deste discursos para promover critérios de modernização conduzida por “novas” orientações.

Com a mesma ousadia discursiva, no capítulo seguinte, o autor parafraseia poemas para reintroduzir velhas discussões sobre antecedentes, convivências e superposição dos meios de produção. A pecuária é evocada sob a toada do “passa boi, passa boiada...” para indicar um eterno recurso para a Goiás esvaziada de minas. Assim mesmo, fala-se de uma pecuária curta, não extensiva, dada a falta de sais minerais no solo. Esta carência era, aliás, combinada com outro fator que exibia o capital disponível como pouco mas preciso. De qualquer forma, os resultados da pecuária servem para provar que, mesmo limitada e dependente dos mercados externos, a tese da decadência merece ser combatida.

Tudo muda a partir da primeira para a segunda década do presente século como é demonstrado no capítulo seguinte. Dois fatores combinados conduzem a debelação das teses da decadência: o surto cafeeiro no centro-sul e as estradas de ferro. Os resultados da primeira Grande Guerra e as mudanças de leis atuam para a aceleração do progresso regional. Não menos importante o realinhamento de políticos que se organizaram para promover o poder local e de grupos apoiados na exploração da terra. É sob a égide de um novo tempo que se orienta a

política do progresso. Este passa a ser mostrado como contraste do decadentismo.

A noção da decadência identificada como atraso tem sido perpetuada por estudos que agora passam a ser questionados. A aproximação mecânica da decadência e do atraso com a política da Velha República passava a ser utilizada como motivação para um desenvolvimento progressista a ser assumido depois de 1930. A “desconstrução” do atraso torna-se então a meta de Chaul. Isto dava-se pelo florescimento de uma política representada pela emersão de profissionais liberais que expressavam novas orientações. em particular o florescimento populacional e urbano integrava uma nova perspectiva para a vida de Goiás. As oligarquias, também tiveram que mudar. Os dois grupos mais importantes Bulhões e Caiado se modernizam na disputa coerente com os eleitores que passavam a ter poderes.

O capítulo 3 trilha pelos “caminhos da modernidade”. Agora sob a direção de novos grupos *“a modernidade para os arautos de 30 consistia no progresso do Estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política da sociedade e da cultura* (p. 149). Este capítulo filtra conceitos de modernidade evidenciando a teoria da dependência como foco analítico. Ao mesmo tempo o discurso saneador do Estado Varguista é mostrado sob a ótica da fala curativa do programa de recuperação feito nos moldes médicos.

No quarto e último capítulo, tudo então passa a ser notado a partir dos estímulos externos que construía uma vinculação orgânica entre Goiás e o resto do país. É este o argumento que leva a criação de um mito, a construção de uma cidade, Goiânia, como metáfora ou emblema de um novo tempo.

Este trabalho remoça não apenas os estudos sobre Goiás, mas interfere no metabolismo da historiografia nacional tão pouco acostumada a se pensar como objeto de estudos. Este livro não só honra as teses de pós-graduação feitas no Brasil como também abre alternativas para novas, e necessárias, revisões.